

CONJUNTURA/Presidente do Banco Central reconhece que a crise hídrica tem forte impacto nos preços e dificulta calibragem da política de juros, mas reafirma que a missão da autarquia é trazer a inflação para dentro da meta estabelecida pelo governo

Seca complica trabalho do BC

» FERNANDA FERNANDES

Raphael Ribeiro/BCB

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, reconheceu o forte impacto que a alta do custo da energia terá sobre a inflação. Segundo ele, a crise hídrica é mais preocupante sob a ótica do aumento de preços que da possibilidade de racionamento, e aumenta o desafio do BC de manter a inflação dentro das metas estabelecidas pelo governo por meio da política de juros.

“A gente tem todos os choques externos, choques internos, a crise hídrica, mais um ruído eleitoral, de fato isso dificulta”, disse Campos Neto, durante evento promovido pelo jornal *O Estado de S. Paulo*. “Mas o BC tem de pensar que sua missão é atingir a meta, entregar a meta de inflação. Esse é o elemento mais importante para garantir a estabilidade com crescimento sustentável de curto, médio e longo prazo”, completou.

A inflação acumulada em 12 meses atingiu 8,99% até julho, acima do teto da meta para este ano, que é de 5,25%, e de 5% para 2022. A expectativa de analistas é de que o BC vai subir fortemente a taxa básica de juros, a Selic, para trazer a inflação para a meta no próximo ano.

Para a economista-chefe da Veedha Investimentos, Camila Abdelmalack, ainda não se sabe exatamente de que forma cada um dos fatores citados pelo presidente do BC pesará na política monetária de agora em diante, mas a crise hídrica e a nova taxa de energia elétrica não deveriam se refletir na taxa básica de juros — a Selic.

“Os preços de energia elétrica fazem parte do grupo de preços administrados, e esses preços apresentam menor sen-



Campos Neto: choques externos e internos, além dos “ruídos eleitorais”, dificultam o trabalho da autoridade monetária

sibilidade às alterações de oferta e demanda”, diz. Segundo Abdelmalack, o trabalho do BC precisará ser no sentido de evitar a propagação dos efeitos secundários do aumento na energia nos demais preços da economia.

Felipe Queiroz, pesquisador na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), critica a utilização de apenas um instrumento para controle inflacionário, a taxa básica de juros. Segundo o economista, no caso da crise hídrica, um aumento nos

juros só contribuirá para que haja mais transferência de recursos do setor público para o setor privado. “Há diferentes tipos de inflação, e o aumento da Selic só é eficiente em um único tipo, que é a inflação de demanda”, pontuou.

Segundo Queiroz, em um cenário onde há aumento da renda, baixa taxa de desemprego e consumo acelerado, a taxa Selic é útil para aumentar o preço do crédito e enfraquecer o ritmo de atividade da economia. Já em um quadro oposto, como o atual,

com a economia em retração e o desemprego elevado, o juro alto não só é ineficiente, como piora a situação. “É uma política macroeconômica incoerente, incoerente e socialmente destrutiva”, disse.

Problema global

Roberto Campos Neto ressaltou que a alta inflação não é um problema exclusivo do Brasil, mas de grande parte do mundo, que tem tido pressão tanto nos preços ao consumidor quando

nos custos de produção. Segundo o presidente do BC, a limitação na produção e o aumento na demanda pioraram o quadro inflacionário global.

Um dos motivos para a limitação citada por Campos Neto, é a falta de componentes para produção, como tem ocorrido, há alguns meses, no setor automotivo no Brasil. O presidente do BC citou o fechamento de fábricas de carros no país e destacou a escassez de semicondutores no setor, a pior em 25 anos.

Alta de preços turbinou receita de impostos

» ROSANA HESSEL

Apesar de sempre afirmar que as contas públicas estão melhorando, o secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal, admitiu que a maior responsável pelo forte aumento da arrecadação de impostos e da redução da dívida pública como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), neste ano, é a inflação. Segundo ele, a carestia deve ter um peso de dois terços (67%) no aumento de receita. O terço (33%) restante está relacionado ao crescimento da economia, estimado em torno de 5% para 2021.

“Um terço desse impacto (na arrecadação tributária) é crescimento, que é o efeito quantidade, mas a gente sabe que existe o efeito preço. Tanto o efeito de commodities internacionais quanto o diferencial do deflator do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) positivo, que é maior e tem um impacto na redução da dívida pública”, disse Funchal, durante evento virtual para investidores do mercado financeiro. “A arrecadação tem um componente de crescimento (do PIB) e tem um componente forte, que é a inflação. E esse componente preço equivale a dois terços”, destacou.

De acordo com Funchal, os sucessivos aumentos mensais na arrecadação ajudaram o governo a reduzir a previsão de déficit primário nas contas públicas neste ano, atualmente em R\$ 155 bilhões, quando, inicialmente, a projeção era de um rombo de R\$ 287 bilhões. Além disso, a dívida pública bruta deve ficar perto de 80% do PIB, após ter chegado perto de 90% no fim de 2020.

As contas públicas estão no vermelho desde 2014 e Funchal acredita que é possível o governo voltar a registrar superávit primário em 2023. Antes, segundo ele, a previsão era de as contas voltarem para o azul apenas em 2027. O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022, enviado ao Congresso no último dia 31, prevê um rombo de quase R\$ 50 bilhões nas contas do governo central, que inclui Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência. Já a meta fiscal prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), permite um saldo negativo de até R\$ 170,5 bilhões.

Bolsa Família depende de precatórios

O secretário especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Bruno Funchal, acredita que é possível criar um novo Bolsa Família com benefício de R\$ 300, mas condicionou isso a uma solução para os R\$ 89,1 bilhões de despesas com precatórios — dívidas judiciais —, que foram incluídas integralmente no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), enviado ao Congresso no último dia 31. E essa solução, segundo ele, precisará ocorrer por meio de entendimento entre o Legislativo e o Judiciário e ficar dentro da regra do teto de gastos — emenda constitucional que limita o aumento de despesa à inflação do ano anterior.

“Um (benefício do) Bolsa Família de R\$ 300 vai depender da solução final dos precatórios, mas acredito que seja possível”, afirmou Funchal, durante evento virtual de uma plataforma de investidores do mercado financeiro. O governo vinha tentando evitar argumentos em defesa da Proposta da Emenda à Constituição (PEC) dos precatórios para a ampliação do Bolsa Família devido à polêmica que o tema vinha causando. “Para ser um pouco maior, o programa precisa ter espaço no Orçamento. Aí vai ter que haver uma definição de prioridades”, emendou.

Funchal voltou a defender a polêmica PEC 23/2021, que trata do parcelamento em 10 anos dos

precatórios, enviada pelo Executivo ao Congresso no início de agosto. A PEC vem sendo bastante criticada por especialistas por institucionalizar o calote no pagamento de dívidas consolidadas em sentenças judiciais, para as quais não cabe mais recurso. Por isso, ela foi denominada de PEC das pedaladas.

O secretário avaliou que a solução que está sendo costurada pelo Legislativo e o Judiciário, via Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criando uma espécie de subtexto para os precatórios, sem mexer na Constituição, é parecida, no conteúdo, com a proposta original quanto a que está em discussão via CNJ vão no ca-

minho de não romper o teto, mas de compatibilizar a despesa dentro com o teto”, afirmou. “A gente aqui no governo sabe da importância do teto de gastos para ancorar a expectativa e trazer credibilidade. Não estamos trabalhando com essa hipótese de retirar (precatórios) do teto de gastos”, frisou.

De acordo com Funchal, assim que for definida uma solução para os precatórios, o governo poderá incluí-la na mensagem de atualização do PLOA de 2022, que possui dados desatualizados e precisará ser corrigido até novembro. Ele descarta atrasos na tramitação da peça orçamentária, como ocorreu no ano passado. (RH)



Para ser um pouco maior, o programa precisa ter espaço no Orçamento. Aí vai ter que haver uma definição de prioridades”

Bruno Funchal,
secretário especial do
Tesouro

CB.AGRO

Produtor do DF terá crédito para energia solar

» LUÍZA VICTORINO*

Produtores rurais do Distrito Federal passarão a contar com uma linha de crédito para apoiar o uso da energia solar e tornar a atividade mais sustentável. A novidade foi anunciada pelo empresário Joe Valle, ex-presidente da Câmara Legislativa do DF, em entrevista ao programa *CB.Agro*, parceria do *Correio Braziliense* com a TV Brasília.

O financiamento conta com apoio de cooperativas de crédito brasileiras e visa especialmente as oportunidades que o uso da energia solar da capital pode gerar. “Aqui, nós temos uma posição privilegiadíssima, com muita luz e muito sol, por meio da qual podemos fazer um trabalho diferenciado”, afirmou Valle.

“Completamente privada, sem nenhum tipo de relação

com o governo, a linha de crédito nasce da vontade de fazer de Brasília uma capital solar que atenda não só a necessidade momentânea, mas também torne a produção orgânica e rural cada vez mais sustentável”, explicou o empresário.

A iniciativa, que disponibilizará um fundo de cerca de R\$ 10 milhões, será lançada daqui a 10 dias. Segundo Valle, a ideia é atender não só produtores, mas também a comunidade em geral. “Você que tem a sua casa e seu consumo de energia pode instalar as placas com várias das empresas que fazem isso hoje, e a cooperativa financia. Com a diferença de energia que você tem da sua conta de luz, você paga seu financiamento no banco”, afirmou.

Valle comentou também o novo ataque de orgânicos do Ceasa, oportunidade para que restaurantes e hotéis possam ofe-

recer um cardápio mais diversificado aos clientes, que aumentaram a demanda por esses produtos. “Agora, o dono do restaurante, quando tem necessidade de lançar uma salada orgânica, pode ir ao atacado, onde encontrará 20 ou 30 variedades de produtos frescos.”

Os produtos devem vir de fornecedores cadastrados. Valle lembrou a importância de obedecer à legislação do setor, que garante que todos os 24 mil produtores de orgânicos do país entreguem um alimento seguro e dentro das mesmas regras. Ele ressaltou que esse número representa apenas 2% dos agricultores brasileiros e que é preciso avançar para que os orgânicos possam melhorar a qualidade alimentar da população.

*Estagiária sob supervisão de Odail Figueiredo

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Joe Valle: fundo de financiamento terá R\$ 10 milhões disponibilizados totalmente por cooperativas privadas